

Intervenção e apoio a famílias de crianças com necessidades educativas especiais. Relato de uma experiência em Cabo Verde

Intervention and support to families of children with special educational needs. Report an experience in Cape Verde.

Intervención y apoyo a familias de niños con necesidades educativas especiales. Reportar una experiencia en Cabo Verde

Adriana Sofia Correia

Universidade do Algarve, Portugal
E-mail: adrianasgcorreia@gmail.com

Ana Marta Keong

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal
E-mail: martakeong@gmail.com

Cristina Nunes

Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Algarve, Portugal
E-mail: csnunes@ualg.pt

Intervenção e apoio a famílias de crianças com necessidades educativas especiais. Relato de uma experiência em Cabo Verde

Intervention and support to families of children with special educational needs. Report an experience in Cape Verde.

Intervención y apoyo a familias de niños con necesidades educativas especiales. Reportar una experiencia en Cabo Verde

Correia¹, Keong², Nunes³

¹Universidade do Algarve, ²Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ³Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Algarve

Resumo

O presente artigo descreve uma intervenção com famílias de crianças com necessidades educativas especiais. Aplicámos uma adaptação do programa de *Formação e Apoio Familiar* (FAF), de acordo com as características e necessidades destas famílias. O FAF é um programa de intervenção familiar, desenhado para ser integrado em ações preventivas e formativas, com a finalidade de promover a parentalidade positiva. Utiliza uma metodologia experiencial e participativa. Realizaram-se dez sessões grupais, com uma periodicidade semanal, durante três meses. Nesta aplicação do programa contámos com a participação de nove famílias. Serão discutidos alguns aspetos da implementação desta intervenção, destacando as lições aprendidas a serem consideradas na promoção da parentalidade positiva com estas famílias.

Palavras-chave: apoio social; família; intervenção; necessidades educativas especiais; parentalidade positiva.

Abstract

This article describes an intervention with families of children with special educational needs. We applied an adaptation of Training and Family Support Program (FAF), according to the characteristics and needs of these families. The FAF is a family intervention program, designed to be integrated into preventive and training activities, in order to promote positive parenting. It uses an experiential and participatory methodology. Ten group sessions were held, on a weekly basis for three months. In this application of the program we had the participation of nine families. Some aspects of the implementation of this intervention will be discussed, highlighting the lessons learned to be considered in promoting positive parenting with these families.

Keywords: family; intervention; positive parenting; social support; special educational needs.

Resumen

Este artículo describe una intervención con familias de niños con necesidades educativas especiales. Aplicamos una adaptación del Programa de Apoyo y Capacitación Familiar (FAF), de acuerdo con las características y necesidades de estas familias. El FAF es un programa de intervención familiar, diseñado para integrarse en acciones preventivas y formativas, con el fin de promover una crianza positiva. Utiliza una metodología experiencial y participativa. Diez sesiones grupales se llevaron a cabo semanalmente durante tres meses. En esta aplicación del programa contamos con la participación de nueve familias. Se discutirán algunos aspectos de la implementación de esta intervención, destacando las lecciones aprendidas para ser consideradas en la promoción de una crianza positiva con estas familias.

Palabras clave: apoyo social; familia intervención; necesidades educativas especiales; crianza positiva.

O exercício da parentalidade e o trabalho com famílias pressupõe a adoção de uma intervenção focada na proatividade e na capacitação, incorporando a parentalidade positiva na tarefa de cuidar e educar os seus filhos (Jiménez & Hidalgo, 2016).

Na literatura científica, o termo “parentalidade positiva” pode ser encontrado num largo número de publicações, em várias disciplinas (Amerijckx & Humblet, 2013). Este corpo de pesquisa mostra essencialmente a influência que um contexto familiar de alta qualidade exerce sobre o desenvolvimento psicológico saudável das pessoas, sendo essa influência significativa desde a fase pré-natal. Daí a sua importância decisiva no desenvolvimento de políticas de parentalidade positiva (Roncallo, Sánchez de Miguél, & Arranz, 2015).

De uma forma mais concreta, Jiménez (2009) apresenta a abordagem da parentalidade positiva, como uma abordagem que mantém uma visão da família centrada nos seus pontos fortes, com uma intervenção direcionada para a promoção de competências parentais, o favorecimento do desenvolvimento pessoal e social dos pais e o potenciar dos seus recursos de apoio.

O âmbito de intervenção de programas de apoio familiar não se dirige apenas a sectores específicos (como nas situações de maltrato, negligência ou desvantagem socioeconómica) mas de uma forma alargada à população e a todas as famílias com necessidades de apoio à promoção de competências parentais e do bem-estar familiar (Chaffin, Bonner & Hill, 2001).

A possibilidade de trabalhar em conjunto com diversos tipos de famílias (famílias em risco psicossocial moderado e famílias normalizadas) permite e facilita o uso da metodologia experiencial, onde cada pai e mãe tem a oportunidade de partilhar as suas vivências, e assimilar novas formas de cuidar e educar, através da confrontação de estratégias alternativas concebidas em grupo (Rodrigo et al., 2015).

Contudo, a tarefa de ser mãe e pai não se limita apenas a desempenhar de forma competente habilidades educativas de supervisão e controlo, ou de promoção das aprendizagens, por exemplo. A tarefa de ser mãe e pai afigura-se muito mais complexa, onde questões específicas do desenvolvimento pessoal do adulto são também partes integrantes e fundamentais, nomeadamente a autoestima, controlo interno, perceção de competência e satisfação com o papel parental (Azar & Cote, 2002; White, 2005).

Assim, dada a complexidade, a promoção das competências parentais deve ser realizada de formas distintas, atendendo a várias áreas. Nomeadamente, o aumento do conhecimento das necessidades de desenvolvimento das crianças e adequação das estratégias educativas, o ensino de novas ferramentas para lidar com situações quotidianas ou de conflito na vida familiar, o acesso a recursos comunitários, as redes de apoio social, a satisfação com o papel parental e o sentimento de controlo interno. Outras áreas ainda, que incidem sobre aspetos socio-relacionais importantes da dinâmica familiar, nomeadamente a relação de casal, também poderão ter lugar neste

tipo de programas (Azar & Cote, 2002; Hidalgo et al., 2009; White, 2005).

Para além desta complexidade, os programas de formação e apoio parental devem ainda ter sempre presente o reconhecimento da pluralidade que existe na configuração dos contextos e dinâmicas familiares e no desempenho do papel parental, abandonando a ideia de um modelo ideal de mãe/pai, reconhecendo as diferenças individuais e a diversidade das famílias e os contextos socioculturais, sabendo que cada mulher e cada homem, cada família, tem de configurar o seu próprio cenário familiar como único e irrepetível. Nesta missão de promoção das suas habilidades parentais, independentemente das diferenças e das semelhanças, em todos os casos, o importante é apoiar os pais e assegurar que estes sejam capazes de construir um cenário familiar adequado para o desenvolvimento infantil, que garanta o bem-estar das crianças (Hidalgo et al. 2011).

Neste sentido, podemos destacar o carácter psicoeducativo deste tipo de programas de parentalidade positiva, no qual o objetivo é oferecer aos pais oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, que promovam mudanças ao nível cognitivo, afetivo e comportamental nos pais. Estas mudanças serão tão mais profundas e duradouras quanto mais impliquem crenças, atitudes e emoções que possibilitem a reconstrução e otimização do desempenho da sua parentalidade. Através do fortalecimento das competências educativas dos pais, estes irão alcançar a autonomia e competência que precisam para decidirem e agirem diariamente com os filhos de uma forma mais adequada às suas necessidades (Hidalgo et al. 2011).

Por norma, estas intervenções são desenvolvidas na comunidade, conferindo um carácter comunitário, para além do cariz psicoeducativo. Neste âmbito, o objetivo básico da formação parental, na perspetiva da preservação familiar, é a promoção das redes de apoio social, formal e informal, desenvolvidas principalmente quando o trabalho se desenvolve na comunidade, em formato de grupo. Esta modalidade tem apresentado diversos benefícios na intervenção familiar, nomeadamente porque promove a troca de experiências entre pais, que identificam estar em situações semelhantes, e com isso aprendem comportamentos alterativos, por um lado, e a respeitar a diversidade, por outro. Toda esta dinâmica grupal e experiencial, apenas funciona se os pais forem realmente participativos; mas isso fará com que se criem novos vínculos entre si, criando conseqüentemente uma rede de apoio social informal dentro do grupo, sempre tão necessárias para o desempenho da parentalidade e, em especial, em situações de dificuldade (Hidalgo et al. 2011).

De sublinhar ainda o carácter preventivo deste tipo de intervenção familiar, que detém em si diretrizes básicas de prevenção, promoção e fortalecimento da família, podendo ser utilizado em famílias com perfis variados: em transições normais (ex.: serem pais pela primeira vez, a chegada dos filhos à adolescência, etc.); em transições não normativas, que supõem a capacidade para lidar com situações de stresse (ex.: divórcio, crianças com necessidades educativas especiais,

etc.); ou em situação de risco psicossocial, como medida dirigida à preservação familiar. Em todos os casos, e numa perspetiva preventiva, a finalidade deste tipo de intervenção é conseguir otimizar o desempenho parental e a dinâmica familiar, para garantir e proteger o desenvolvimento das crianças nos seus contextos familiares (Hidalgo et al., 2011).

De uma forma geral, podemos reconhecer que muitos dos princípios destes programas de formação e apoio familiar são os mesmos recomendados pelo Conselho Europeu: intervir numa ótica de fortalecimento de competências, respeitar a diversidade de contextos familiares e formas de desempenho do papel parental, reconhecer a pluralidade familiar e cultural desde que se assegure o bem estar dos menores que nelas crescem, promover a integração social dos pais na comunidade, através do fortalecimento das redes de apoios social (Hidalgo et al., 2009; Rodrigo et al. 2008).

Aplicação do FAF no grupo de pais de crianças com Necessidades Educativas Especiais

No decorrer do trabalho realizado com diversos grupos de pais da Ilha da Boa Vista, onde se aplicou o programa de parentalidade positiva *Formação e Apoio Familiar* (FAF), desenvolvido por Hidalgo e colaboradores (2011), surgiu por parte da Delegação Escolar da Boavista, e mais precisamente da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, um pedido para aplicar o programa aos pais dos alunos acompanhados no âmbito da Educação Inclusiva.

O FAF é um programa de educação parental construído especificamente para intervir com famílias e apresenta como objetivos: (a) a melhoria nas práticas educativas utilizadas pelos pais, (b) o fortalecimento dos sentimentos de segurança no seu desempenho como pais e mães, e (c) a promoção da integração comunitária das famílias (Hidalgo et al, 2011).

Os temas abordados e as atividades realizadas são os que constam do manual do programa (Hidalgo et al, 2011), e selecionadas de acordo com as características dos participantes e as necessidades identificadas, entre os quais: desenvolvimento infantil, desenvolvimento adolescente, desenvolvimento adulto, sistema familiar, desempenho da parentalidade, estilos educativos (normas e disciplina; e afeto e comunicação), resolução de conflitos, comportamentos sexuais de risco e consumos de substâncias.

O programa foi aplicado em 10 sessões, de 21 de novembro 2018 a 13 de fevereiro de 2019, com a realização de uma sessão de 1h30 por semana (com exceção de período de Natal e Passagem de Ano). De maneira a fortalecer a relação entre os participantes, foi oferecido um lanche, durante ou no final de cada sessão.

Das 15 famílias indicadas, participaram nove na sessão de apresentação do programa. Contámos com a participação efetiva, até ao encerramento do programa, de cinco famílias. Os problemas apresentados pelas crianças acompanhadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva e das famílias que

fizeram parte deste programa eram autismo, paralisia, problemas motores e déficit cognitivo (embora dois destes diagnósticos não eram totalmente conclusivos).

Dadas as características das crianças e das famílias, o programa foi adaptado às necessidades das mesmas. Assim, demos mais enfoque e desenvolvemos mais aprofundadamente temas ligados ao desenvolvimento infantil e adolescente, o desenvolvimento do adulto, o sistema familiar, o desempenho da parentalidade, as regras e a disciplina, o afeto e a comunicação, a resolução de conflitos, a relação entre o casal e entre irmãos, e a relação entre a família e a escola.

Dadas as especificidades das dificuldades, e do tom emocional e íntimo mais profundo das sessões deste pequeno grupo, a flexibilidade na aplicação do programa FAF teve de ser maior, no sentido de dar mais tempo e atenção ao que os pais partilhavam a cada momento. Por vezes, essa partilha era tão sentida e sofrida, que o conceito de grupo de formação foi extrapolado, perante a dinâmica que se formou, com semelhanças a um grupo terapêutico, de entreajuda. De facto, todos os temas foram abordados, mas não o fizemos de forma sistemática e organizada (respeitando determinado tema a cada sessão). Os pais foram falando dos seus problemas, e a maior parte das vezes tocavam em pontos fulcrais dos temas da formação. Como o *feedback* que nos davam, era que saíam das sessões com um sentimento de alívio e com mais força para enfrentar o dia-a-dia, continuámos a deixar que as sessões se desenvolvessem de acordo com o que os pais e nós íamos experienciando. Do espaço de confiança que foi surgindo no grupo, pela partilha de dificuldades, de histórias de vida e apertos no coração, foram surgindo palavras de apoio, de compreensão, de empatia, e de superação. Os pais aprenderam uns com os outros, que não são só eles a passar por este ou aquele problema específico. E partilharam resoluções: “Eu fiz assim com o meu filho e funcionou. Experimenta com o teu!”

Esta é a base da parentalidade positiva: valorizar as forças e as capacidades que já existem, fortalecê-las e criar outras. O uso da metodologia experiencial, próprio do programa FAF, dá a cada pai e mãe a oportunidade de partilhar as suas vivências. Assim, confrontando-se com as estratégias usadas pelos outros pais, têm a oportunidade de aprender uns com os outros, reajustar alguns sentimentos e atitudes, ao mesmo tempo que assimilam novas formas de cuidar e educar.

Falando mais em pormenor sobre as dificuldades sentidas pelos pais de crianças com necessidades especiais, apontamos uma das sessões mais difíceis para todos (formadoras e participantes), pela dureza no relato das experiências partilhadas, logo nas primeiras sessões, quando abordámos o tema do desenvolvimento infantil. Falámos sobre o que é o percurso esperado no desenvolvimento de uma criança, e a realidade com que estes pais se deparam logo no nascimento ou no crescimento dos filhos. A necessidade de lidar com o filho real. A necessidade de fazer o luto do filho ideal. O que fazer com a ideia do filho que todos os pais e mães imaginam antes de o bebé nascer, e com a expectativa diária que está presente em cada vez

que anseiam que ele seja capaz de fazer algo que é tão simples para outras crianças. Por vezes a notícia de que o bebé tem necessidades especiais é clara ou visível. No entanto, noutras situações, os pais poderão notar algumas características diferentes, e até o diagnóstico ser esclarecedor pode demorar tempo. Em ambas as situações, a realidade é difícil de assimilar. Os sentimentos podem ser confusos, entre a raiva e a frustração, que mais tarde podem trazer ainda a culpa. Foi importante perceber que estes são sentimentos comuns a muitos pais, e que o caminho de enfrentamento passa por reconhecê-los e aceitá-los, para se iniciarem os primeiros passos numa nova realidade familiar.

Como fica a relação do casal na vivência destas situações? E os irmãos, que tempo de disponibilidade e atenção afetiva sobra para eles? Estaremos também a sobrecarregá-los a eles com cuidados à criança com necessidades especiais? Aconteceu numa família, que a preocupação maior nem era com as crianças com necessidades especiais, mas sim com o filho mais velho, sem problemas, ótimo na escola, mas que agora adolescente estava a dar mais trabalho e preocupações.

Em todos os casos, o cuidado e atenção a uma criança deve ser compartilhado. O cuidado de uma criança com necessidades especiais não deverá ser transformado numa sobrecarga para qualquer membro da família, e muito menos para os irmãos. E estes irmãos, como qualquer criança, também precisam de cuidado, atenção e amor incondicional de seus pais.

Quando falamos em sistema familiar, falamos efetivamente disto: o que acontece a um elemento da família, afeta a todos. Porque a família é um sistema. Todos os elementos estão ligados.

Como resolver os conflitos? Como trabalhar o sentimento que fica quando é necessário pôr regras e limites a uma criança com mais dificuldades? Como comunicar com ela e perceber o que ela nos quer transmitir? Estes eram temas em que os pais precisavam de ajuda, e onde obtiveram mais ganhos; foram estes os temas em que conseguiram transformar mais atitudes e comportamentos. Quanto ao afeto, esse havia de sobra para compensar e equilibrar todas as falhas que a vida trouxera, pois foram essas mesmas falhas que trouxeram também mais união na família, mais entreajuda, mais desenvolvimento enquanto pais e enquanto pessoas. Não são pequenos os desafios que enfrentaram. Mas também sentem que saíram deles mais fortes.

Cuidar e educar uma criança exige muito esforço e atenção, mas simultaneamente, a experiência de ser mãe ou pai pode ser uma das experiências mais recompensadoras dos quais um adulto pode desfrutar. E este ponto não é diferente quando se trata de uma criança com necessidades especiais.

Da mesma forma, a necessidade de cuidado, amor, segurança e estímulo por parte dos pais, é comum a todas as crianças, embora a maneira de o fazer seja diferente de criança para criança. Em todos os casos, a boa adaptação dos mesmos vem pela construção de uma boa relação, que acontece quanto melhor os pais conhecerem a criança e

se adaptarem ao seu ritmo de desenvolvimento.

Havia apenas dois assuntos sobre os quais todos nos sentíamos de mãos atadas: educação e saúde.

Quanto à educação, foi trabalhado o sentimento de confiança no outro, neste caso nas monitoras dos jardins de infância, no que respeita à forma como tratam e cuidam da criança com necessidades especiais. Muitas vezes, as mães sentem que não há ninguém que consiga compreender tão bem como ela o que a criança sente e precisa. O que pode ser verdade. Mas então, vamos ajudar a mãe, a ajudar a monitora, a conseguir entender e cuidar da criança da melhor forma possível. Vamos juntas à escola, se for necessário. Um dia inteiro pode ser muito ansiogénico para a mãe? Então, vamos tentar começar com duas horas por dia e aumentando depois. O importante, é que os pais percebam a necessidade de integrarem as crianças no sistema educativo para que estas recebam os estímulos necessários ao seu bom desenvolvimento cognitivo e social, dentro das possibilidades de cada um. Perceberem que é essencial estimular o seu desenvolvimento desde o início, sem excesso de exigência ou excesso de proteção.

Depois do jardim de infância, os pais deparam-se com outras dificuldades. As crianças crescem. Algumas conseguem integrar-se na escola primária, mesmo com atividades e ritmos de aprendizagem diferentes. Até que ano vão conseguir frequentar a escola, não sabemos. E que tipo de respostas existem para as crianças que não se conseguem integrar numa sala de aula? Como fica a vida dos pais que têm de ficar em casa porque não têm onde deixar os filhos quando vão trabalhar? Se não podem trabalhar, que meio de sustento têm estas famílias? Há casos de mães sozinhas, com crianças do seu tamanho e da sua força, que apenas têm como alternativa, deixar a filha no jardim de infância que frequentou em pequena, uma ou duas vezes por semana enquanto precisam de ir realizar algumas tarefas. E é claro, que a monitora, por muito que goste desta criança, vai tentar evitar que isto aconteça, porque por vezes esta criança pode magoar os mais pequenos.

Em relação à saúde, as queixas incidiam no tempo de espera por consultas de acompanhamento à criança ou mesmo para tratamento de problemas de saúde mais específicos. Da experiência dos pais, para além desta dificuldade, deparam-se ainda com falta de articulação entre profissionais e organismos no âmbito da saúde. Há um misto de revolta e de impotência. Sentem que as respostas ou não existem, ou não funcionam.

Em ambos os pontos, as experiências partilhadas por cada família foram importantes. Saberem o que fizeram os outros pais, com quem falaram, onde foram, a quem pediram ajuda, quem ajudou efetivamente, quem sabe do assunto, onde recorrer. Mas as resoluções não foram assim tão visíveis.

Podemos concluir, que os maiores benefícios que os pais obtiveram na participação deste programa, foram principalmente advindos das relações que criaram entre si. Ao longo das sessões, foi crescente o sentimento de partilha, de identificação (“comigo também é assim”),

de apoio e de união. Percebemos que os pais já se haviam visto na rua antes e até conhecem os filhos uns dos outros, mas nunca tinham conversado sobre a experiência de ter um filho com mais dificuldades e do impacto que isso tem em si próprios e em toda a família.

Acreditamos que estas relações se mantêm e que juntos possam vir a criar eles próprios algumas respostas de que sentem falta. Deste grupo, nasceu a ideia de criarem uma associação de pais de crianças com necessidades especiais. E seria muito bom que as instituições existentes na Boa Vista e os órgãos governamentais apoiassem iniciativas como esta, no sentido de se aproximarem mais das necessidades destes e de outros pais, conseguindo, juntos, criarem respostas mais diretas e adequadas ao que os pais solicitam.

De acordo com os pais, este espaço ajudou-os. Foi nossa intenção reforçar que é normal precisar de apoio nestes casos. Assim existam profissionais, grupos de pais e associações dispostas a ajudar famílias com crianças com necessidades especiais.

Pelas histórias de vida relatadas por estas famílias, constata-se que há direitos das crianças que não estão a ser plenamente exercidos. Nomeadamente o direito à educação e à saúde. Enquanto psicólogas, sentimos que por muito que desejássemos, não existiam meios de resposta para superar as necessidades apresentadas nestes dois pilares tão imprescindíveis (saúde e educação). No entanto, a comunidade e os órgãos governamentais estão atentos a estas barreiras, e num longo caminho a percorrer, já os primeiros passos foram dados.

Neste processo, farão parte erros e acertos, de todas as partes. Desses erros surgirão muitas aprendizagens. E dos acertos, incentivo e coragem para fazer mais.

As abordagens mudam, as leis mudam, as respostas surgem, quanto mais focados e informados estiverem os pais, profissionais e dirigentes.

A Educação Inclusiva tomou o lugar da Educação Especial em Portugal, com a aprovação dos decretos de lei 54/2018 e 55/2018.

A Unicef publicou uma brochura técnica de auxílio e uma plataforma digital com várias ferramentas e atividades a aplicar na Educação Inclusiva, de forma a que a escola e o ambiente de aprendizagem se tornem acessíveis a todos, quer seja a nível de ambiente físico, informação e comunicação. O que possibilita que através de um *tablet* ou mesmo pelo telemóvel, os cuidadores formais e informais tenham acesso a um manual claro e elucidativo, assim como a vários jogos interativos que podem realizar diretamente e em conjunto com as crianças (Johnstone, 2014).

Vão surgindo novas abordagens para o ensino e para a aprendizagem, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUL), que tem em consideração a diversidade de todos os alunos, em vez de assumir uma abordagem de tamanho único (Meo, 2008). Através da aplicação do DUL, o currículo do aluno (isto é, objetivos, métodos, materiais e avaliações) é elaborado tendo em conta as diferenças individuais, de uma forma intencional e sistemática desde o início (CAST, 2011). Com esta abordagem, os currículos elaborados com os princípios do DUL,

pretendem diminuir ou eliminar as dificuldades e os custos da subsequente adaptação de currículos inadequados, e melhorar o ambiente de aprendizagem (UDL-IRN, 2011).

A educação inclusiva faz parte de um processo que envolve não só o aluno, mas todo o sistema educativo e familiar. Para além do trabalho realizado com a criança, é importante chegar com mais conhecimento e apoio aos agentes de educação, sejam eles pais e até professores. No sentido de lhes fornecer recursos, através da implementação de programas de prevenção e intervenção, demonstrando-lhes que não se encontram sozinhos para enfrentar todas as tarefas que exige o cuidado e educação de uma criança.

Referências Bibliográficas

- Amerijckx, G., & Humblet, P. (2013). Child well-being: what does it mean? *Children & Society*. DOI: 10.1111/chso.2013
- Azar, S. y Cote, L. R. (2002). Sociocultural issues in the evaluation of the needs of children in custody decision making: What do our current frameworks for evaluating parenting practices have to offer? *International Journal of Law and Psychiatry*, 25(3), 193-217.
- CAST (2011). Universal Design for Learning guidelines version 2.0. Wakefield, MA: Author.
- Chaffin, M., Bonner, B. L., & Hill, R. F. (2001). Family preservation and family support programs: Child maltreatment outcomes across client risk levels and program types. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1269-1289.
- Hidalgo, M. V., Menéndez, S., Sánchez, J., Lorence, B., & Jiménez, L. (2009). La intervención con familias en situación de riesgo psicosocial. Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología*, 27, 413-426.
- Hidalgo, V., Menéndez, S., López, I., Sánchez, J., Lorence, B. & Jiménez, L. (2011). *Programa de Formación y Apoyo Familiar*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla.
- Jiménez, L. (2009). *Crecer en contextos familiares en riesgo psicosocial. Análisis evolutivo durante la infancia y la adolescencia*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- Jiménez, L., & Hidalgo, V. (2016). La incorporación de prácticas basadas en evidencias en el trabajo con familias: los programas de promoción de parentalidad positiva. *En: Apuntes de Psicología*, 34(2-3), 91-100.
- Johnstone, C. (2014). Acesso à Escola e ao Ambiente de Aprendizagem II – Ambiente Físico, Informação e Comunicação. Webinar 11 – Brochura Técnica Auxiliar. Acedido em 3 de julho de 2019 em: <http://docplayer.com.br/69245912-Brochura-tecnica-auxiliar.html>
- Meo, G. (2008). Curriculum planning for all learners: Applying universal design for learning (UDL) to a high school reading comprehension program. *Preventing School Failure*, 52(2), 21-30. doi:10.3200/PSFL.52.2.21-30
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C., & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar. Un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Pirámide.
- Rodrigo, M., Amorós, P., Arranz, E., Hidalgo, M.V., Máiquez, M.L., Martín, J.C. ... Ochaíta, E. (2015). *Guía de buenas prácticas en parentalidad positiva. Un recurso para apoyar la práctica profesional con familias*. Madrid: Federación Española de Municipios y Provincias.
- Roncallo, C. P., Sánchez de Miguel, M., & Arranz, E. (2015). Vínculo materno-fetal: Implicaciones en el desarrollo psicológico y propuesta de intervención en atención temprana. *Escritos de Psicología*, 8, 14-23.
- UDL-IRN (2011). *Critical Elements of UDL in Instruction (Version 1.2)*. Lawrence, KS: Author.
- White, A. (2005). *Assessment of parenting capacity. Literature review*. Ashfield, Australia: Centre for Parenting and Research.

